

FORTALEZAS DO ESTADO NOVO

ERICK ASSIS DE ARAÚJO – Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC-UECE

As contradições sociais e a diversidade cultural experimentada pela cidade de Fortaleza no período do Estado Novo nos garantem uma leitura caleidoscópica do fenômeno urbano. Cidades diversas, lado a lado, coexistindo no mesmo espaço, esta é a imagem mais desafiadora de Fortaleza. Marcada por uma tradição religiosa conservadora, a sociedade local foi administrada por políticas públicas excludentes e repressoras. Apresentada por romancistas, poetas e memorialistas com candura e singeleza, a exclusão e o medo dos pobres, a segurança e conforto dos ricos, Fortaleza é sem dúvida uma cidade que precisa ser entendida no plural.

O Forte de Schoonenborch, fundado pelos holandeses em 1649 é um ícone interessante na formação da cidade. Ele foi a primeira grande construção que irradiou o núcleo urbano de Fortaleza. Além de sua importância estratégico-militar, ele foi o espaço do poder, centralizando atividades e vigiando os nativos rebeldes. Depois da expulsão dos Holandeses, em 1654, a coroa Portuguesa conquistou o Forte e rebatizou-o catolicamente de Fortaleza de Nossa Senhora D'Assunção. A metáfora da solidez, da invulnerabilidade, da defesa firme sugere a idéia de espaço “protegido” e “controlado”. É através da metáfora do Forte/Fortaleza que retrata o caráter político de defesa que a cidade pode ser aqui apresentada.¹ Classes sociais e instituições irão estabelecer relações tensas em Fortaleza durante o Estado Novo, cada uma defendendo e utilizando um tipo de referência estética, moral, social, política e econômica de cidade.

Lutas sociais cotidianas demonstram que, na cidade de Fortaleza, os paradigmas da ordem e da harmonia não garantem a efetivação do projeto político do Estado Novo de cooperação entre as classes sociais. Neste período a cidade cresce demográfica e geograficamente, os problemas urbanos intensificam-se inseridos no conhecido precário cenário das cidades brasileiras: falta de saneamento básico, alto custo de vida, habitações subumanas, segregação espacial, falta de planejamento urbano democrático e miséria social, tudo isso conduzido por um Estado que tenta manter um difícil equilíbrio entre Estado protetor e repressivo.

Por um lado, este Estado tenta definir um perfil de cidade em consonância com as diretrizes básicas do poder que se instaurava no país, tais como a integração nacional e a harmonização das classes sociais. Este é um Forte emblemático, com muros e regras normatizadoras. A defesa de uma Fortaleza “harmoniosa” tinha como parceiros de sustentação grupos de grandes comerciantes, intelectuais, meios de comunicação, grandes proprietários e

especuladores de imóveis, banqueiros, industriais, empresários, enfim todos aqueles que contaram com a hábil convivência do Estado em não contrariar seus interesses.

De outro lado, as classes populares² experimentam outras Fortalezas. À sua maneira, estas classes sofrem as conseqüências das más condições infra-estruturais e da espoliação. Denunciam e protestam contra tal situação, brigam entre si, mas acima de tudo negociam, estão sempre atentas para barganhar serviços, vantagens, proteções. Vivendo em subúrbios, dentro ou próximo ao centro da cidade estas classes participam da Fortaleza lutando pela sobrevivência, com as armas do senso de oportunidade.

Neste palco de tensões há de se considerar a inegável habilidade do Estado Vargasista em estabelecer um mínimo de agenda social, negligenciada por décadas pelo Estado brasileiro.³

O processo de urbanização de Fortaleza e as transformações sócio-políticas da cidade foram conduzidas por setores identificados com a apologia à hierarquia social, à defesa da autoridade como imprescindível à manutenção da ordem, à idéia de liberdade “concreta”, (vinda das instituições “legítimas”, do repúdio à idéia abstrata e irreal de liberdade do liberalismo) ao individualismo e sobretudo ao comunismo. Enfim, propunha-se uma cruzada diuturna do combate à desordem social.⁴

Durante o Estado Novo Fortaleza tem um fluxo migratório, neste momento motivado pela seca de 1942.⁵ A presença de inúmeros retirantes faz com que o governo organizasse um campo de concentração no bairro Alagadiço, com propósito unificador em relação aos demais bairros e de evitar a dispersão de retirantes pela cidade. Ao contrário de 1932, o governo não se limitou a uma solução doméstica e incentivou as migrações com a criação do SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia). Inserido no contexto bélico da 2ª Guerra Mundial este contingente mobilizado ficou conhecido como exército da borracha. O apoio do Brasil aos países aliados e a escassez da borracha em escala mundial fizeram com que o governo brasileiro fornecesse essa matéria prima.

Entretanto, estes empreendimentos não diminuem o impacto social da seca na cidade. Na realidade, o tratamento técnico da questão não garantiu ações rápidas de combate à miséria.

Essa questão da ambigüidade do Estado em relação ao mercado e por outro lado sua ação incisiva no controle da população retirante provoca um descompasso entre Estado protetor e realidade social. Um dos resultados desse processo para o cenário urbano foi o estigma do medo da cidade invadida e saqueada.⁶ Essa memória, antes de servir como um sintoma psicológico do temor

das classes dirigentes, tem um efeito político de marginalizar a presença dos incômodos hóspedes da pobreza.

Esta população pobre formará o cinturão de moradias precárias que cercarão Fortaleza. Intelectuais, jornalistas, líderes religiosos, órgãos públicos e privados estarão dispostos a “protegerem” o patrimônio material - praças, prédios, jardins, ruas – e cultural – “bons” costumes, moral cristã - da “ordeira e pacata” capital alencarina.

O crescimento demográfico alastra a área urbana, mas sem implicar em investimento em infra-estrutura, tais como calçamento, energia elétrica, água encanada, transportes coletivos.

“Esse ‘crescimento’ de forma espontânea e desordenada deu lugar a aglomerações de edificações precárias na periferia da cidade. Data do início da década de 30 a origem desses aglomerados com características de favelas. Entre 1930-1955 surgiram as seguintes favelas na cidade: Cercado do Zé Padre (1930), Mucuripe (1933), Lagamar (1933), Morro do Ouro (1940), Varjota (1945), Meireles (1950), Papoquinho (1950), Estrada de Ferro (1954)”.⁷

Alguns estudos apontam na direção de um novo momento para a realidade urbana brasileira. Impõe-se nesta conjuntura o divórcio entre cidade legal e cidade real. O Estado Novo tenta dotar a cidade legal de mecanismos de integração das camadas populares. É aqui que se verifica a monumentalidade da obra estatal, em que surgem as primeiras experiências de elaboração de planos urbanísticos, visando o conjunto da cidade.⁸ É baseado no pressuposto integrativo que a cidade real das favelas, dos mocambos e das periferias, apesar de ser um fato, se transforma em realidade impensável, portanto, suprimida das análises que tinham no antiurbanismo sua maior expressão na época.⁹

Do alto, das nuvens, foi realizada, certa vez, uma leitura da cidade. Curiosamente este olhar é estrangeiro - de uma turista - capitaneado por jornais ávidos por uma inserção de Fortaleza nos trilhos da modernidade. Essa é a visão panorâmica da aviadora norte-americana Amélia Earhart, que de passagem por Fortaleza lhe confere comentários sobre os contrastes dos automóveis, dos burricos e tamancos que se entrelaçavam. No jornal, o articulista sugere o leitor “pousar” e notar que somos mais atrasados horizontalmente, de forma especial nos melhoramentos urbanísticos.

“O projeto de abastecimento dagua e esgotos de Fortaleza, feito por João Felipe foi executado 20 anos depois, pelo engenheiro Borges de Melo. Desde que fomos retardados 4 lustros no beneficio

*recebido. Toda a área construída depois do projeto primitivo, que não foi alterado, ficou com o atraso dos vinte anos.*¹⁰

Como se distribuiu este atraso para uma população de 180.185 mil habitantes compreendida numa área de 360km²? Esta era uma questão desafiante, principalmente se observarmos a situação de habitação das classes populares no período.

As áreas suburbanas e rurais compreendiam domicílios feitos com palhas de coqueiro, restos de metais como latas, alumínio e domicílios de taipa*. Sinônimo de desolação e tristeza para boa parte da imprensa, estes bairros:

*“São em geral uma aglomeração de casebres hediondos, ludrosos infetos, deploráveis, em desalinho, formando vielas e alfurjos. O seu povo vive numa promiscuidade abjeta. As crianças crescem por milagre, mas desnutridas, defeituosas, imbecilizadas, sem instrução, sem civismo e sem fé.”*¹¹

Esta é uma descrição típica da “cidade-mapa”, reduzida ao ver apenas a ordem dos lugares, que indica um traçado recoberto por uma série de unidades estáticas, numa observação totalizante. É assim que De Certau identifica as diferenças entre a descrição da cidade pelo mapa e pelo percurso. A primeira progrediu historicamente no sentido da colonização do espaço, eliminando outras figuras que circunscrevem as práticas do espaço, os mapas apagam os itinerários, fornecem um “estado do saber geográfico”, na verdade a perspectiva dos mapas induz uma leitura teatral, onde os papéis dos lugares e atores são previamente estabelecidos.¹²

Os percursos, ao contrário dos mapas falam de operações do “próprio” de cada lugar, dos movimentos, são relatos cotidianos fabricados numa possibilidade infinita de itinerários. O percurso permite organizar os espaços, os quais De Certau denomina “lugar praticado”¹³. Enfim, o percurso pertence à descrição de quem vive e caminha nas entranhas dos lugares.

Cabe mais uma vez lembrar das Fortalezas aqui mencionadas, inclusive a do poder centralizador e planejado do Estado Novo.¹⁴. Porém, o destaque neste estudo é dado ao movimento de separação das classes sociais e suas funções na cidade. Tal processo está inserido em um duplo movimento do capitalismo mundial: a galopante transformação do espaço em mercadoria, o acirramento da divisão da sociedade em classes e a constituição de poderes centralizados na condução do cotidiano dos cidadãos.¹⁵

O reflexo desta conjuntura nas cidades está no loteamento e especulação financeira de espaços, na separação dos locais de moradia e trabalho, daí um certo crescimento em Fortaleza de “bairros- dormitórios”, para onde parte das classes populares retornavam apenas para o descanso noturno.

“É como se a cidade fosse demarcada por cercas, fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e de cada um dos moradores.”¹⁶

O aumento dos aluguéis em Fortaleza é outra faceta do complexo problema urbano. Habitar na cidade é um desafio, principalmente pela indiferença do poder público em corrigir as especulações dos proprietários. Não foi possível detectar nenhuma postura mais austera do Estado nesta questão. O Estado deixava o inquilino, principalmente o mais pobre, em situação de desamparo.¹⁷ No máximo, a austeridade ganhava fôlegos impactantes dos primeiros dias de publicações de decretos ou medidas administrativas.

“ - Isto é simplesmente um assalto!
- Isto é, em duas palavras, um atentado à nossa economia!
Esperamos que as autoridades vejam isso!
....São os humildes sapateiros que ocupam pequenas saletas e
barbeiros desprotegidos que se entregam afamosamente à sua
espinhosa tarefa e que protestam..”¹⁸

Mesmo com a promulgação da Lei do Inquilinato em 1942, os poderes públicos, a legislação e as modalidades de enfrentamento do problema não conseguem reverter o quadro de pauperização da maioria do brasileiro pobre, prevalecendo assim um “modelo de ocupação periférica”, o qual se estende até o final da década de 1970:

“Loteamentos irregulares e clandestinos, situados em áreas de declive acentuado ou próximo de locais sujeitos a inundações, lotes mínimos subdivididos entre duas ou mais famílias e vendidos em prestações de longo prazo constituíram a tônica de todo esse período.”¹⁹

Para o cenário urbano, os efeitos desta ambigüidade política estão localizados no abandono de bairros pobres em toda uma infra-estrutura.

“No Urubu, na Praia Formosa, nos areais de Jacarecanga, em Mocuripe, em tantos outros bairros e choupana que mal se

*distingue de uma latada improvisada e precária. Os mocambos da Praia Formosa tem à frente um amplo 'lençol' de dejeções devolvidos à praia pelo mar. "Casas" que não valem nada alugadas a vinte, trinta, quarenta ou cinquenta mil réis. Como se observa, são preços inacessíveis a homens que percebem de cem a duzentos mil por mês, mantendo famílias geralmente numerosas."*²⁰

Esta descrição "anti-estética" e fatigante sugere pensar que o caráter rude destes ambientes só comprovaria sua separação da casa idealizada como conforto e da cidade como projeção coletiva da segurança.²¹ Esses espaços não pertenciam à cidade "Fortificada" pelos serviços de infra-estrutura básica, eram apartados da noção de acolhimento, se perdiam nas suas tortuosas e obscuras realidades.

A estilização excessiva do progresso material, das construções de prédios suntuosos, dos monumentos, dos logradouros públicos registrados na imprensa e, nos órgãos oficiais de divulgação deixam de fora realidades "sórdidas", locais "deploráveis", proporcionando uma perspectiva asséptica de espaço.

As classes populares são apresentadas de forma estigmatizada, seu cotidiano é percebido como instintivo, sem sensatez. Neste sentido, os pobres não são civilizados, não respeitam regras, são excessivamente violentos, idolatram mitos e entidades diabólicas, não têm princípios morais, vivem em desarmonia familiar. Enfim, precisam integrar-se à grande família da nacionalidade. Apesar de parecer simplório, este é um quase consenso no discurso classificado nos jornais.

NOTAS:

¹ Sobre as cidades coloniais no Brasil há uma interessante revisão que não se restringe à discussão epistemológica da urbanização, mas inclui um debate historiográfico que vai da colônia ao século XIX. Este estudo destaca a importância maior do Estado português na organização territorial e urbana da colônia. Grosso modo, desenvolve-se a idéia de que a criação de vilas e cidades no Brasil colonial não fora obra do acaso e da imprevidência, mas que se articulou a um amplo projeto de política territorial. Não foram apenas os critérios geopolíticos que orientaram essas ocupações, mas obedeceram também a um ordenamento, através "da intervenção direta que os ouvidores da Coroa faziam sobre os assuntos locais em suas correições (auditorias) anuais, exigindo a adoção de posturas urbanísticas as mais variadas...na delegação de poderes à Igreja para que essa legislasse sobre aspectos da vida religiosa e mesmo mundana..." Ver ABREU, Mauricio de Almeida. "Pensando a cidade no Brasil do passado". In: SILVA, José Borzacchiello da, COSTA, Maria Clélia Lustosa, DANTAS, Eustóquio Wanderley Correia (Org). **A Cidade e o Urbano**. Fortaleza: EUFC, 1997, p.35. Este balanço permite problematizar a difundida idéia de que não há rigor e planejamento na construção das cidades brasileiras em comparação ao resto da América Espanhola. É evidente que não nos deteremos nesta periodização no caso de Fortaleza, mas usaremos a idéia de Forte para designar os diversos cuidados do poder com os "territórios perigosos" da cidade.

² Procurando manter uma distância crítica do conceito genérico e idealizado de povo ou massa, prefiro utilizar a categoria de classes populares. O elemento popular indica um exame na questão da cultura: "O designativo de popular não se trata de um mero derivado de povo, mas a nosso ver, acrescenta um novo véis de abordagem; a questão da cultura". Cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os Pobres da Cidade: vida e trabalho – 1820-1920**. Porto Alegre: Editora

da Universidade/UFRGS, 1994, p. 14. Portanto, neste aspecto, é inegável a contribuição de outras pesquisas que se detiveram a este universo popular de forma dinâmica: GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987; BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

³ Uma detalhada análise do que significou a criação do Ministério do Trabalho e toda sua influência na construção de uma identidade política do regime pode ser vista em GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

op.cit. Além disso, é preciso considerar a importância da propaganda varguista como meio de sedução das classes populares na adesão ao regime. Cf: CAPELATO, Maria Helena R. Capelato. **Multidões em Cena**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

⁴ São incontáveis as bipolarizações da ordem/desordem encontradas nos registros das fontes aqui utilizadas. É importante destacar o elemento imaginário que compõe este mito da desordem, ele é um argumento criado para deliberar planejamentos urbanos e toda uma política de intervenção institucional. Mesmo assim, essas interferências estão fadadas ao fracasso, pois trabalham com idealizações dissociadas da experiência cotidiana. Cf. PERALTA, Inez Garbui. “História e semiótica do espaço urbano”. IN: **Revista de Estudos Universitários**, v.4, nº 8, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1990, p.27.

⁵ NEVES, Frederico Castro. **A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, Ce: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

⁶ Nos estudos sobre o fenômeno da aglomeração urbana nas cidades industriais da Europa do século XIX há uma referência considerável em relação às imagens descritas pela literatura. Walter Benjamin se dedica ao tema do olhar, os longos trajetos pelas ruas, principalmente a pé, sugerem uma atividade de observar o movimento intenso de pessoas e objetos, é a dimensão do espetáculo do (des)encontro de anônimos, também representada pela inspiração poética do estado de solidão nas multidões de Baudelaire. Mas as metáforas concernentes ao caso de Fortaleza têm relações mais próximas ao caos pensado por Victor Hugo, da multidão indomada, da selva virgem, do oceano, do formigueiro, do inferno, da ameaça da multidão em tocaia a espreitar os passantes da cidade. “Movimentos de desempregados provocam, na década de 1880, o temor e o espanto entre os londrinos, trazendo de volta o velho espectro da *mob*, a multidão amotinada que nos anos posteriores às guerras napoleônicas havia promovido desordens consideráveis em Londres e Manchester.” Cf: BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no Século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.46.

⁷ DA SILVA, José Borzacchiello. **Movimentos Sociais Populares em Fortaleza: uma abordagem geográfica**. Tese de Doutorado, USP, São Paulo: 1986, p.39.

⁸ Baseado na proposta de Alfred Agache para o Rio de Janeiro, outras cidades implementarão seus planos urbanísticos: “...Porto Alegre e Curitiba...São Paulo implanta o seu Plano de Avenidas, e também Recife ganha um plano diretor. Cabe ressaltar que todas essas iniciativas se deram sob a égide de interventores nomeados pelo governo Vargas.” Ver RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Cidade, Nação e Mercado: Gênese e Evolução da Questão Urbana no Brasil. In: SACHS, Ignacy, WILHEIM, Jorge, PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs). **Brasil: Um Século de Transformações**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 145.

⁹ Rafael Xavier, teórico do municipalismo, inspirado nas idéias de Alberto Torres, diagnosticava em 1946 que “o crescimento urbano é gerador de problemas, porque concentra recursos provenientes do interior, utilizados de forma improdutivo. Além desse aspecto, a urbanização é vista como deletéria da nacionalidade”. Ver RIBEIRO, Luis César de Queiroz. Idem, ibidem.

¹⁰ A CIDADE E A POPULAÇÃO, **O Povo**, 29 jan. 1940, p.4.

* “Parede de estacas e varas de barro socado. A armação de esteios e varas denomina-se enxameios. A casa de taipa geralmente é coberta de telha ou de palha e, se os esteios são de boa madeira, tem longa duração. É a casa do pobre. Parece ter origem no espanhol: **tápia**”. In: GIRÃO, Raimundo. **Vocabulário Popular Cearense**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p.337.

¹¹ A LÁPIS: BAIRROS POBRES, **Gazeta de Notícias**, 14 jan.1939, p.3.

¹² O mapa foi transformado pela geometria euclidiana, que justapôs os dados fornecidos por “uma tradição(a Geografia de Ptolomeu, por exemplo) e aqueles que provinham de navegadores (os portulanos, po exemplo).” Portanto, entre os séculos XVI e XVII os mapas ganham autonomia e os lugares heterogêneos foram juntados por um saber que instituiu espaços obrigatórios. Cf: DE CERTAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p.206.

¹³ Idem, p. 202.

¹⁴ A pesquisa demográfica e econômica aqui destacada foi realizada em 1940 pelo recém criado Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1938). Assim, o sentido político-institucional das mudanças neste período revelam uma montagem complexa de intervenção, regulação e controle do Estado. Além disso, foi criado a nível estadual um sistema de Departamentos Estaduais, que iriam substituir o poder Legislativo Estadual, supervisionando os interventores e criando políticas administrativas, inclusive políticas urbanas.

¹⁵ Da República Velha até 1937 o mercado brasileiro beneficiou-se das vantagens do café como produto de forte penetração em mercados regionais como é o caso da Paulicéia, a “locomotiva da nação”. Com o advento do Estado Novo esse “mercado foi unificado por um processo nacional em que as cidades adquiririam um papel fundamental...As migrações internas intensificaram-se, pois a atração exercida pelos centros regionais originava intensa troca populacional...Os setores secundário e terciário foram capazes de absorver grande parte desta demanda, inclusive uma

porção significativa da mão-de-obra feminina, que ocupou seu lugar nas fábricas e no comércio, além de auxiliar nos consultórios, escritórios de profissionais liberais e repartições...” Cf: VERÍSSIMO, Francisco Salvador et al. **Vida Urbana: a evolução do cotidiano da cidade brasileira**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. p.121-122.

¹⁶ ROLNIK, Raquel. **O Que é Cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995, p.41

¹⁷ Em termos de política habitacional para as classes populares no período destacam-se iniciativas tais como: “a Liga Nacional contra o Mocambo, planos de financiamentos da moradia operária, a Fundação da Casa Popular etc.” Ver RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. op.cit. p.143.

¹⁸ Jornal **Unitário**, 26/04/1939, p.3

¹⁹ BRESCIANNI, Maria Stella M. “História e Historiografia das Cidades, um percurso.” In: FREITAS, Marcos Cezar de (org). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001, p.248.

²⁰ AUMENTA O ALUGUER DOS CASEBRES, **Gazeta de Notícias**, 19 set. 1941, p.3.

²¹ BRESCIANNI, Maria Stella M. op.cit. p.240. A autora lembra aqui como a cidade foi projetada pelos viajantes, a sensação da chegada em solo seguro depois de jornadas com perigos incessantes, enfim a certeza de se estar entrando num espaço protegido como a casa e a caverna